

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 17 DE JULHO DE 2007.** -----  
----- **ACTA NÚMERO TRINTA E TRÊS** -----

----- No dia 17 de Julho de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de

Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rui António Francisco Coelho, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rodolfo Frederico Beja de Lima Kanapic, Carlos Alberto Rebelo Costa, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, José Marcelino Carvalho, Sílvia Mota Lopes, João Maria Martins Baioneto, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, América da Conceição Ribeiro de Almeida Coelho, Maria João Vieira de Faria, Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro, Teresa Maria Fernandes Costa, Feliciano Marques Martins da Cruz David, João Vitorino da Silva, João Pedro Gonçalves Pereira, Rita Susana Borges Cortez Folgosa, Amélia Maria Sá Machado Ferreira Simões Dias, Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Patrícia da Lamy Barreiro, Carlos Filipe Marques Lima, Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Virgínia Estorninho (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Cal Gonçalves. -----

----- Ana Pires Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- José Maria Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Helena Sobral Sousa Ribeiro. -----

----- Rogério Santos (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria João Faria. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Ismael Fonseca (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal América da Conceição Ribeiro de Almeida Coelho. -----

----- Declararam não poder estar presentes, por motivos pessoais e profissionais, os seguintes Deputados Municipais suplentes do Partido Socialista: Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia, Maria Piedade Mestre, Patrícia Mourão, Maria Teresa Matos, Maria Vitória de Melo, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Catarina Gambôa, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por sete dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- João Corregedor da Fonseca (PCP), por sessenta dias. -----

----- Lídia Fernandes (BE), por três dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Rita Susana Folgosa. -----  
----- Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----  
----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----  
----- Carlos Oliveira Andrade, Carlos Manuel Melo Barroso, Nuno Maria Bonneville Van Uden, todos Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, comunicaram não poder estar presentes nesta reunião. -----  
----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----  
----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----  
----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----  
----- Filipe Almeida Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -----  
----- João Nuno Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----  
----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, por Rodolfo Knapic. -----  
----- Rui Pessanha da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus, por Amélia Maria Sá Machado Ferreira Simões Dias. -----  
----- Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----  
----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Matos Alves. -----  
----- José Godinho (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por Teresa Maria Fernandes da Costa. -----  
----- Carlos Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, que não foi substituído. -----  
----- Apresentou pedido de renúncia ao mandato, a partir do dia 1 de Agosto de 2007, a Deputada Municipal Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, que havia sido eleita na lista do Partido Socialista, em virtude de nessa data tomar posse como Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, cargo para que foi eleita nas eleições intercalares recentemente realizadas. -----  
----- Às 15 horas e 15 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** deu início à reunião, declarando aberto o período destinado à intervenção do público. -----

#### ----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Armando da Silva Vasques**, morador na Av. de Ceuta Sul, lote 2 – 4º A, 1350-024 Lisboa, disse que tem 73 anos de idade, foi proprietário de uma casa na Rua

do Arco do Carvalhão, 227, Vila Prado, porta 2, que foi abrangida pelo programa do Casal Ventoso e por isso mesmo a deitaram abaixo. -----

----- No passado muitas vezes se candidatara a uma habitação de renda económica, mas talvez por só ter uma filha no agregado familiar foi sempre preterido na atribuição das casas de renda económica. -----

----- Comprara então essa dita casa e arranjara ao gosto da mulher e da filha, a mulher já falecida e a filha residente na Austrália há 26 anos, mas depois deitaram-na abaixo, não lhe apresentaram nenhuma proposta em condições e alojaram-no num ambiente ao qual não estava habituado, apesar de ser filho de gente pobre, onde actualmente morava. -----

----- Disse que tem sido enxovalhado do pior que há, já passaram sete anos mas até hoje, depois de ter colocado várias vezes o seu problema, ninguém lho resolvera, se calhar até por não gostarem de si por dizer as verdades. -----

----- Por isso, pedia que colhessem informações sobre si à Caixa do Comércio, ao Ministério do Trabalho e à Caixa Nacional de Pensões, onde trabalhou, para além de muitas outras personalidades para quem trabalhara também como pintor das respectivas habitações. -----

----- Terminou dizendo que não pedia mais nada para além daquilo a que tinha direito, isto é, que lhe fosse feita justiça porque lhe demoliram uma casa e estava agora enjaulado num apartamento na Av. de Ceuta Sul. -----

----- **A Senhora Presidente**, finda a intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta Assembleia Municipal Extraordinária, necessária para garantir a normalidade do funcionamento e a actividade do Município, decorre apenas 48 horas depois das eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Perante os resultados destas eleições, realizadas por impulso do PSD que devolveu aos lisboetas a decisão sobre a gestão da cidade, e sem que estejam ainda presentes, quer o Executivo municipal, quer os Vereadores eleitos, quero apenas, em nome do Grupo Municipal do PSD, referir-me a algumas palavras de: -----

----- Felicitação -----

----- Preocupação -----

----- Atenção -----

----- Responsabilidade -----

----- Legitimidade -----

----- Rigor -----

----- Compromisso -----

----- **Felicitação** ao novo Presidente eleito, Dr. António Costa, e a todos os restantes Vereadores, desejando que nestes dois anos de mandato o novo Executivo municipal, liderado pelo PS, cumpra o que prometeu no seu programa eleitoral; -----

----- Preocupação pelos elevadíssimos índices de abstenção registados nestas eleições, que nos devem levar a todos, em especial aos partidos políticos, que ainda constituem a base do sistema representativo democrático, a reflectir profundamente e a encontrar forma de reganhar a atenção e a confiança dos cidadãos para que intervenham no debate político e na definição das opções do governo da cidade; -----

----- Atenção à forma como o relacionamento entre a Câmara e o Governo se vier a partir de agora a processar, considerando que não podemos aceitar que do ponto de vista político e institucional, se venham a verificar diferenças de tratamento e de apoios. Nesta matéria não deixaremos de denunciar toda e qualquer situação que configure diferenças entre o interesse e a preocupação que Lisboa mereceu por parte do Governo na relação com o anterior e com o novo Executivo municipal, por força da existência ou não de consonâncias partidárias nestes órgãos; -----

----- Responsabilidade, que esperamos encontrar no Executivo municipal, no seu relacionamento com esta Assembleia, por forma a que se encontrem caminhos de convergência que permitam, nestes dois anos de mandato, o regular funcionamento da cidade; -----

----- Legitimidade desta Assembleia Municipal, dos eleitos directos e dos 53 Presidentes de Junta de Freguesia, enquanto órgão de fiscalização da actividade da nova Câmara Municipal de Lisboa, e fórum onde terão de ser encontrados consensos nas grandes questões que interessam à cidade e aos lisboetas; -----

----- Rigor na forma como este Grupo Municipal assumirá a gestão política da sua maioria nesta Assembleia Municipal, que se traduzirá na apreciação e votação das propostas que tenham por objectivo prosseguir os interesses da cidade e responder às suas necessidades; -----

----- Compromisso deste Grupo Municipal de continuar a desenvolver a sua actividade, no Plenário e nas Comissões, com clareza de objectivos; com transparência no relacionamento com a Câmara e com as outras forças políticas; com exigência na avaliação das políticas e com abertura e disponibilidade na integração de diferenças. -----

----- Tudo porque o nosso compromisso, nestes dois anos de mandato, continua a ser com Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os resultados das eleições intercalares do passado domingo restituíram ao Partido Socialista a responsabilidade de assumir a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa e de governar a cidade. -----

----- Permita-me, Sra. Presidente, que aproveite esta circunstância para em primeiro lugar saudar as cidadãs e os cidadãos de Lisboa que com o seu voto demonstraram um elevado sentido de dever cívico de participação e naturalmente saudar, o novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Dr. António Costa. -----

----- Esta vitória eleitoral que o Partido Socialista obteve deve-se muito à capacidade e perfil de António Costa enquanto político, capaz de deixar a comodidade e o conforto material do Parlamento Europeu para assumir responsabilidades em

Portugal, capaz de concretizar objectivos e com provas dadas no que se refere à gestão da coisa pública. Ao votarem em António Costa para Presidente da Câmara, os eleitores quiseram deixar claro que precisam de alguém com grande capacidade de visão e planeamento do futuro, mas igualmente com grande capacidade de realização.

----- As Lisboetas e os Lisboetas demonstraram no passado domingo a sua desilusão com a gestão do PSD e apontaram um caminho de renovação. Com este resultado os Lisboetas pediram contenção e rigor nas despesas, apostaram nas políticas de inclusão social e na credibilização dos seus representantes eleitos. -----

----- Sras. e Srs. Deputados, -----

----- Estas eleições intercalares aconteceram porque o PSD não soube, ou não quis, ser um factor de estabilidade política. -----

----- Tal como fomos avisando repetidas vezes em diversas declarações políticas e em moções que apresentámos e sobranceiramente rejeitadas pelo PSD, ou o PSD mudava de rumo ou o fim só poderia ter sido este. Este resultado representa assim um fechar de ciclo e o início de uma nova esperança para Lisboa. -----

----- O Partido Socialista está consciente das grandes dificuldades que vai enfrentar. -

----- A cidade está paralisada, os serviços desorganizados, os trabalhadores do município desmoralizados e a situação financeira é por todos conhecida. Os problemas do trânsito e estacionamento, do parque escolar e as políticas sociais têm de ser objecto de medidas urgentes. -----

----- Lisboa precisa de um governo que decida e rapidamente. -----

----- O Partido Socialista compreende o alcance do resultado destas eleições. -----

----- Os Lisboetas que votaram entenderam, de um modo muito claro, que quem queriam para Presidente era o Dr. António Costa. Por isso lhe deram a vitória em todas as 53 freguesias da cidade. -----

----- Os Lisboetas que votaram entenderam igualmente de um modo claro que quem queriam para governar era o Partido Socialista, sem maioria absoluta. Como disse o novo Presidente, o PS saberá assumir essa vontade popular e não virará a cara a Lisboa e aos seus problemas. Vamos governar a cidade e enfrentar as dificuldades. --

----- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, -----

----- A abstenção eleitoral foi muito significativa. O PS não ignorará o seu significado. -----

----- Se uma componente substancial desta abstenção se prende com a circunstância de estarmos em pleno mês de férias de Verão e a própria data específica de 15 de Julho ter sido um dia de movimentação pendular entre os que partem de férias e os que chegam, naturalmente que a esta abstenção também está ligada uma componente de desilusão das pessoas nos agentes políticos e na política. -----

----- Saberemos analisar com profundidade as causas e a nossa quota-parte de responsabilidade neste fenómeno. -----

----- Seria igualmente importante que outras forças políticas, que privilegiaram a insinuação caluniosa em detrimento do confronto plural de ideias e propostas, compreendessem que essa atitude, em vez de recompensar eleitoralmente, afasta os cidadãos das urnas de voto lançando-os na abstenção. -----

----- Também reconhecemos o sinal dado pelo eleitorado para com as candidaturas de cidadãos independentes. Pela nossa parte entendemos tal facto como positivo, principalmente se essas candidaturas forem protagonizadas por cidadãos genuinamente independentes. -----

----- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, -----

----- Como disse António Costa, há um tempo para arrumar a casa e um tempo para construir. -----

----- O PS tem, como referi, consciência das dificuldades. -----

----- António Costa no seu discurso de vitória já afirmou que de candidato passou a Presidente de todos os Lisboaetas. -----

----- Manifestou igualmente o desejo de estabelecer a melhor das relações institucionais com esta Assembleia Municipal e as melhores relações de trabalho com as Juntas de Freguesia. -----

----- Saudamos desde já o seu propósito de rapidamente reunir com cada uma das Juntas de Freguesia para assim poder estabelecer uma profícua relação funcional. ----

----- Saudamos a sua determinação em sanar, com urgência, a difícil situação financeira arrumando as dívidas aos fornecedores e pagando àqueles que tiveram de paralisar iniciativas e obras contratualizadas com o município, por falta de pagamento. -----

----- Saudamos a sua vontade em disciplinar o trânsito e o estacionamento selvagem na cidade. -----

----- Saudamos a sua intenção de lançar uma operação generalizada de limpeza à cidade e muito especialmente saudamos a sua prioridade em proteger as nossas crianças, afectando mais policiamento à escola segura através da assinatura imediata do protocolo que permite a entrada de mais 150 agentes da PSP na Polícia Municipal e reforçando as passeadeiras de peões que servem os estabelecimentos de ensino. -----

----- Sras. e Srs. Deputados, -----

----- Em democracia não há inimigos. Apenas adversários que se devem respeitar. ---

----- O PS está certo que todos querem o melhor para a cidade. -----

----- Divergir na pluralidade das opções é um fundamento das democracias. Convergir no respeito pelas decisões democraticamente assumidas é igualmente outro fundamento democrático. -----

----- Aos Partidos que não venceram estas eleições queria dizer, em nome da bancada do PS na Assembleia Municipal, que esperamos, face à nova realidade política, aquilo que é expectável: -----

----- Uma oposição leal, firme e construtiva. -----

----- Uma oposição que permita implementar as medidas necessárias para recuperar a cidade da situação de crise em que se encontra. Uma oposição que naturalmente não abdicando dos seus pontos de vista, compreenda o momento excepcional que estamos a viver. -----

----- Os Lisboaetas querem decisões, querem que a Câmara funcione, querem rigor e sobretudo querem que os responsáveis eleitos contribuam para a resolução dos inúmeros problemas concretos que os afectam. -----

----- Pela nossa parte, esta bancada do PS na Assembleia Municipal, tudo fará para o estabelecimento de um clima de cooperação estratégica entre todas as bancadas para que, sem afrontamentos aos princípios de cada um e no respeito pela pluralidade política aqui representada, possamos convergir mais vezes do que divergir. -----

----- A Bem de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Uma primeira grande preocupação que entendemos importa avaliar, aliás já aqui referida, é o elevadíssimo nível de abstenção registado nestas eleições. Em nosso entender, estas eleições desenvolveram-se num quadro extremamente complexo, o que foi determinante para o nível de abstenção registado. -----

----- Em primeiro lugar, uma grande dispersão de candidaturas; -----

----- Em segundo lugar, a ocorrência do acto em pleno período de férias; -----

----- Em terceiro lugar, a conhecida situação nublada no campo do urbanismo, os processos judiciais em curso e a descredibilização das políticas de direita que marcaram os últimos mandatos. -----

----- Quanto aos resultados registados, duas notas muito breves. -----

----- O PS não conseguiu atingir o seu principal objectivo de garantir uma maioria absoluta, e é necessário ter presente que isto acontece num quadro de enorme fragilização das candidaturas de direita. Foi a mais baixa maioria desde sempre alcançada na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Trata-se de um resultado que, a nosso ver, não pode ser desligado da política de compromissos com a direita e com interesses estabelecidos que o PS desenvolveu por vezes na Autarquia. Também necessariamente reflecte o apreço cada vez menor que vem sendo demonstrado face à política anti-social que o Governo prossegue. -----

----- Temos agora pela frente um novo e curto mandato. De há muito que afirmamos que estas eleições, embora tendo-se tornado uma saída inquestionável não garantiriam uma alternativa consequente para a cidade se não houvesse uma efectiva mudança de política. E desde já registamos algumas preocupações com a tendência do PS para manter uma certa tentação de colagem à direita. Os convites dirigidos a figuras da direita não pressagiam nada de bom. O futuro o dirá. -----

----- A CDU, alicerçada no importante resultado que obteve, continuará a apresentar as suas propostas e a dar o seu apoio a medidas e a políticas que vão ao encontro do interesse da cidade e de todos os lisboetas, venham elas de qualquer área política com lugar na Vereação. Para isso contaram connosco, e para isso irão continuara a contar connosco. -----

----- Estamos por isso convictos que hoje, mais do que nunca, Lisboa pode contar com a presença consequente dos eleitos da CDU na Câmara, nesta Assembleia e nas Juntas de Freguesia, para dar cumprimento aos compromissos que foram assumidos perante o eleitorado e que estamos certos irão ao encontro da tão necessária melhoria da qualidade de vida na nossa cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



----- “Em nome do BE gostaria de, em primeiro lugar, saudar todos os lisboetas que participaram numa campanha eleitoral curta, activa, independentemente das forças políticas em que batalharam, porque fazer campanha eleitoral, fazer campanha política, batalhar, faz parte da democracia, e a democracia precisa de ser activada. E saudar todos os lisboetas que foram votar no dia 15. -----

----- Em segundo lugar, é natural que queiramos saudar quem ganhou as eleições. Democraticamente ganhou o Dr. António Costa, ganhou o PS, têm os nossos cumprimentos. Tal como gostaríamos de saudar também todos os Vereadores eleitos de todas as forças políticas, porque serão o futuro Executivo com quem nós trabalharemos nesta Assembleia. -----

----- Mas como o nosso partido não gosta de hipocrisias políticas, permitam-me que saúde, de forma especial, aquele ao lado do qual temos estado num combate difícil, tenaz, mas que achamos de grande importância para a democracia. Um combate pela transparência, um combate pela dignidade da democracia e pela dignidade dos cargos públicos. Por isso, permitam-me que saúde também o nosso Vereador que foi eleito, José Sá Fernandes. -----

----- Que lições podemos tirar destas eleições? -----

----- A primeira que gostaríamos de tirar é que tivemos nestas eleições aquilo a que podíamos chamar um terramoto do lado centro-direita. Isto vê-se pelos números! Se nós somássemos os números e considerássemos todo esse eleitorado que votou desse lado: o PSD, a candidatura do Prof. Carmona Rodrigues, e o CDS, em dois anos passaram de 48,35% para 36,14%, ou seja, menos 12%. Este é o primeiro dado destas eleições! -----

----- Ou seja, a primeira conclusão a tirar destas eleições é que tem razão quem andou durante meses a dizer que esta Câmara estava ingovernável, que a direita tinha deixado isto no descalabro, que não era mais possível continuar, e os lisboetas provaram isso nas urnas democraticamente. Por isso, apanharam com esta derrota, independentemente das divisões que houve, independentemente do Prof. Carmona Rodrigues ter ido de um lado e o PSD do outro. -----

----- O que lamentamos, e acho que hoje podemos dizê-lo com clareza, é que quando várias vezes aqui dissemos “isto está ingovernável, é melhor dar a palavra aos lisboetas”, sempre referissem “lá vem o BE dizer o costume”. Não há nada como ter calma e esperar, porque agora ficou provado que tínhamos razão, que isto estava ingovernável, que os lisboetas não queriam mais esta maioria a governar a cidade. ----

----- E a quem tinha dúvidas, para além das divisões que depois houve aqui dentro, basta olharmos para as notícias, que agora chovem, sobre as consequências nas lideranças de várias forças políticas e dos anúncios de que vamos ter novos confrontos internos dessas mesmas forças políticas. -----

----- O Partido Socialista ganhou, o Dr. António Costa é o novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, mas, em nosso entender, achamos que não basta ter mudado o partido e a pessoa que estavam na liderança da Câmara. Nós precisamos de mudar um ciclo, precisamos de mudar uma forma de governar a cidade! -----

----- E gostaríamos de dizer, neste momento, que para isso a primeira coisa que achamos que é necessário é começar por ter humildade. Olhar, ver, ler, escutar para vermos como é que mudamos o ciclo. -----

----- Em nosso entender, esta vontade dos lisboetas de mudar a liderança da Cidade de Lisboa não pode significar mudar para ficar mais uma vez tudo na mesma. Tem que significar mudar de facto! Não só porque o PS não atingiu os objectivos que pretendia, independentemente de ter ganho a Câmara, não só porque o PS teve a mais baixa votação embora tenha tido a maioria, portanto também a isso deve olhar e ver, mas porque há um fenómeno nestas eleições que eu acho que a todos nós, que queremos dignificar a democracia deste País e a participação dos cidadãos, tem que nos preocupar seriamente. -----

----- Não podemos ficar como a avestruz, apenas ouvindo uns comentários e dizendo que é preocupante a abstenção. Pois é, é muito preocupante! O problema é porquê! E o que é que devemos fazer para que nas próximas eleições não haja tanta abstenção? Esta é uma questão que exige resposta, e quem está na Assembleia ou na Câmara tem que ajudar a dar esta resposta, tem que ajudar a interessar os cidadãos por isto. Nós achamos que com a mudança do ciclo é preciso travar uma luta concreta em duas frentes: -----

----- A primeira pela transparência da Câmara e de todos os seus órgãos. Tudo aquilo que andamos durante tempos a pedir e que a Câmara andara durante largo tempo a impedir de dar: esclarecimentos, relatórios, reuniões, informações, etc., e que várias delas ainda hoje não temos na Assembleia Municipal, é preciso terminar com isso. Não vai haver diminuição da abstenção se na cabeça dos cidadãos continuar a ideia de que os políticos quando chegam lá cima são todos iguais. Seguramente quando andavam na rua todos ouviam dizer isso, porque as pessoas que falavam com o BE eram as mesmas que falavam com os outros partidos. Vamos dar sinal de mudança disto? Quantas vezes ouvimos na rua, todos nós, “os políticos só querem é tacho”. Vamos dar sinal para mudar isto? E mudar isto significa, em primeiro lugar, transparência, prestação de contas de tudo quanto se pede. Há alguma coisa que seja secreta da administração pública, dos cidadãos, dos dinheiros dos cidadãos? Esta primeira frente desta luta é fundamental. -----

----- A segunda frente desta luta que é fundamental. Vamos finalmente ter a coragem de no nosso Município tomarmos medidas para a participação da cidadania, para pormos os cidadãos a participar normalmente na vida do Município? -----

----- Senhores Deputados, queria apenas lembrar-vos que, há cinco anos, esta Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, que haveria um Orçamento Participativo na Cidade de Lisboa. Durante vários anos foi dito, em tom de brincadeira, na Conferência de Representantes, “lá vai o Carlos Marques perguntar outra vez quando é que vem a proposta.” Por isso, queria dizer-vos que o problema da participação dos cidadãos é a segunda frente de luta. -----

----- O BE apresentara uma Moção sobre a Frente Ribeirinha. Mas, em função daquilo que ouvi na Conferência de Representantes, que alguns partidos acham inoportuno neste momento apresentarmos uma Moção sobre a Frente Ribeirinha solicitando à

Comissão Administrativa que pedisse ao Governo os *dossiers* que existem sobre a Frente Ribeirinha e fazendo uma recomendação ao futuro Executivo, decidimos retirar essa Moção, vamos repô-la na próxima reunião do ponto de vista de recomendação ao Executivo, e vamos transformar num requerimento à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, no sentido deste órgão, que não foi dissolvido, requer ao Governo, na pessoa da Sra. Presidente, que envie a esta Assembleia todos os *dossiers* sobre tudo o que está planeado para a Zona Ribeirinha.” -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar a palavra ao orador seguinte, disse que esse requerimento seria naturalmente deferido. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passo a fazer uma breve análise do momento político de Lisboa, em boa parte tendo em conta o resultado das eleições deste domingo. Não deixarei, no entanto, de ponderar outros acontecimentos, mais ou menos marginais a este acto eleitoral, mas que têm um significado político relevante. -----

----- Assim, no que respeita aos resultados eleitorais, começo por dar os parabéns e os votos de muita sorte na governação de Lisboa, ao Presidente da Câmara eleito, Dr. António Costa, e a todos os seus Vereadores cuja dedicação e aplicação bem necessária será ao bom governo da cidade. -----

----- O CDS-PP teve, neste acto eleitoral, manifestamente mau resultado. Esse mau resultado foi demonstrativo do desagrado do eleitorado pelo seu trabalho, ou, pelo menos, pelo que dele esse eleitorado conhece. E se não conhece mais a culpa não é do eleitorado, a culpa é nossa. Portanto, o CDS-PP, como boa parte da classe política, tem que repensar o que anda a fazer. -----

----- Devo dizer que subscrevo muitas das palavras que foram ditas pelos oradores anteriores. De facto, a transparência, a lisura de processos, a necessidade de comunicar às pessoas aquilo que pensamos e aquilo que fazemos é fundamental para que os cidadãos acreditem em nós, nos dêem a sua confiança, e principalmente acreditem na classe política e dêem confiança à classe política evitando este espectáculo preocupante de uma cidade em que votam apenas 37% dos cidadãos. -----

----- E não serve de desculpa o dia 15 de Julho como não serve de desculpa coisa nenhuma, porque aí, se calhar, estaremos a falar de algumas décimas. O fundamental, de facto, é que não conseguimos transmitir aos nossos cidadãos a credibilidade que os levaria a, de bom grado, sacrificarem um dia de praia, uma manhã de bem-estar na cama até um pouco mais tarde, pelo simples de facto de ir votar. Isto é muito grave e nós temos de pensar todos muito seriamente nisto. -----

----- E não vale a pena sequer dizer que o CDS-PP terá feito um pouco mais que aquilo que as pessoas pensam. A meu ver fez! Esteve estes seis anos também na Câmara Municipal, e, perdoem-me a presunção, não foi pelo CDS-PP que o governo da Câmara nestes seis anos foi como foi, e devo reconhecê-lo, mau. -----

----- Mas estivemos lá, não soubemos corrigir, não soubemos evitar os erros, não soubemos comunicar aquilo que de bem fizemos. Logo somos culpados e o eleitorado

aí não perdoa, não perdoou e castigou-nos. Temos agora que trabalhar a dobrar, a triplicar, para conseguir a confiança dos cidadãos. -----

----- A abstenção é, de facto, o grande cancro da democracia e nós temos que a combater de uma vez por todas. -----

----- No entanto, disse no princípio que havia aqui alguns sinais de acontecimentos marginais, e nem tanto, às eleições, que nos deixam, obviamente, preocupados. A manifestação espontânea da noite das eleições, na presença do Senhor Primeiro-Ministro; a leitura de uma sentença, hoje ou ontem não sei muito bem, do único caso de violação do segredo de justiça que até hoje aconteceu, parece que a violação do segredo de justiça é uma coisa rara em Portugal, por acaso um caso que envolvia o bom-nome do Senhor Primeiro Ministro; a bondosa recomendação de uma Senhora Secretária de Estado para que o bom povo português, de preferência aquele que é empregado pelo Estado, limite ao recato do lar alguma eventual crítica; a permanente judicialização da política com consequências graves do bom-nome das pessoas visadas e sem que as instâncias judiciais ou outras pareçam ter meios para pôr termo a tal estado de coisas. -----

----- Dir-se-á que isto não tem nada a ver com Lisboa. Tem tudo! Lisboa é a capital do País e isto tem a ver com o País! Os cidadãos de Lisboa, os políticos de Lisboa, são cidadãos deste País e, portanto, têm que estar preocupados. -----

----- O novo Executivo da Câmara contará com a nossa responsabilidade, mas também com a nossa verticalidade na defesa do nosso entendimento do que deve ser a nossa cidade. E esse nosso entendimento tem sido expresso nestes dois anos de actividade da nossa Assembleia Municipal. Eles são claros, se nos quiserem ler e ouvir o Executivo do PS saberá o que deve fazer para contar connosco. -----

----- Dir-se-á “bem, não precisamos de vocês”. Não nos preocupa isso, nós achamos que os cidadãos precisam de todas as vozes, se o governo da cidade não desejar ouvir essas vozes, isso é um problema do governo da cidade. Os cidadãos precisam que o governo da cidade ouça todas as vozes, porque todas as vozes têm aqui e ali razão e, portanto, contribuirão de certo para uma melhor cidade. -----

----- Portanto, nós não nos calaremos, nós falaremos, nós exigiremos que se cumpra aquilo que nós entendemos ser o melhor para a cidade. O CDS-PP, na limitação dos seus meios, contribuirá para a governabilidade da cidade, contribuirá para que os cidadãos saibam o que de bom deve ser feito para a cidade.” -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Apenas duas notas. -----

----- A primeira, para os elevados níveis de abstenção que se verificaram no passado domingo e para a necessidade de todos nós procedermos a um reflexão e análise, com vista a encontrar os motivos e as razões que levaram a que mais de 60% dos lisboetas não fossem votar. É certo que alguns dos motivos para este elevado valor estavam identificados, mas deve haver outros certamente e são esses que é necessário analisar porque estes níveis de abstenção reflectem uma democracia pouco participada, logo

pouco saudável. De qualquer forma, queria aproveitar para saudar todos aqueles lisboetas que, corajosamente, foram exercer o seu direito e dever de votar. -----

----- A segunda, para saudar todos os novos eleitos do novo Executivo, esperando agora que Lisboa funcione, e principalmente que fiquem a ganhar os lisboetas e a Cidade de Lisboa, porque se estas eleições é certo que permitiram a saída da crise, não é automático que os problemas se resolvam. Agora são necessárias soluções e projectos que devolvam não só a credibilidade ao Executivo mas também que resolvam os problemas da cidade e dos lisboetas.” -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO 28.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação a referida acta, mas como ninguém pretendeu pronunciar-se sobre o seu conteúdo de imediato a submeteu à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Depois, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Proposta 1/CA/2007.** -----

----- Foi distribuído um aditamento com o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 2 – Proposta 12/CA//2007.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA 1/CA/2007 – APROVAR A 1ª. REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2007 E AS GRANDES OPCÕES DO PLANO DE 2007/2010, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 1/CA/2007 -----

----- “Considerando a obrigatoriedade de afectar ao orçamento em vigor o saldo de gerência de 2006 no montante de 32.029.865,80 Euros, aprovado nos documentos de prestação de contas pela Proposta 124/2007, de 16 de Abril; -----

----- Considerando que a afectação desse saldo apenas poderá ser feita em sede de revisão orçamental, nos termos dos pontos 2.3 e 8.3.1 do POCAL, publicado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro; -----

----- Considerando que o funcionamento de áreas fundamentais da cidade, nomeadamente a manutenção dos espaços verdes e a gestão cemiterial necessitam de reforços orçamentais urgentes e inadiáveis, sob pena de colocar em risco aqueles serviços essenciais. -----

----- Tenho a honra de propor que a Comissão Administrativa delibere: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o artigo 4º da Lei 47/2005, de 29 de Agosto, para que esta delibere, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º do mesmo diploma, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento de 2007 e às Grandes Opções do Plano 2007-2010.” -----

----- **A Senhora Presidente da Comissão Administrativa**, no uso da palavra para apresentação da proposta, começou por, em nome da Comissão Administrativa, assinalar o facto de se terem realizado eleições intercalares na Cidade de Lisboa, envolvendo toda a cidade neste processo, permitindo-se destacar muito em especial as largas centenas de cidadãos que, nas mesas de voto pela cidade toda, manifestaram um elevado sentido cívico para a realização deste acto eleitoral. -----

----- Destacou também todos os funcionários municipais envolvidos neste acto, que mais uma vez mostraram a sua capacidade e a sua diligência por forma a que ele decorresse com toda a normalidade. -----

----- Por último, dirigiu uma palavra de felicitações à nova Câmara que brevemente iniciaria funções, ao Presidente eleito e a todos os Vereadores que integrarão o Executivo, referindo que, tal como ali dissera quando iniciaram funções na Comissão Administrativa, que fizeram todo o trabalho no sentido de que este período se passasse com normalidade e transparência de forma a que as eleições decorressem exactamente como decorreram. -----

----- Sobre a proposta, disse que ela tratava da incorporação do saldo de gerência. A Comissão Administrativa hesitara muito sobre se deveria ou não trazê-la à Assembleia Municipal na medida em que, estando isso nas competências da Comissão, poderia ser uma matéria que constituísse algum entrave político ao futuro Executivo. -----

----- Mas depois de uma cuidada análise com os serviços, entenderam que assim não acontecia, por várias ordens de razão: -----

----- Em primeiro lugar, porque salvaguardaram uma quantia significativa do saldo de gerência integrando-o nos serviços financeiros para que o futuro Executivo pudesse dela dispor com bem entendesse. -----

----- Em segundo lugar, porque, como sabiam, todas estas verbas poderiam ser alteradas através de uma simples alteração orçamental aprovada em Câmara. -----

----- Em terceiro lugar, porque havia serviços de gestão corrente da Câmara que careciam absolutamente de ser reforçados, serviços esses que tinham a ver com a gestão cemiterial, com os jardins e com a higiene urbana. -----

----- Em quarto lugar, porque precisavam de consolidar dívidas com empresas públicas, nomeadamente quatro milhões de euros com a EPAL e dez milhões de euros com a EDP, para os quais precisavam de fazer esta revisão orçamental. -----

----- Estas eram as razões pelas quais a Comissão Administrativa entendera, por unanimidade, apresentar esta proposta de revisão orçamental, e era também por essas mesmas razões que pediam a sua aprovação. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, leu o Parecer que a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico apresentou, que tinha o seguinte teor: -----

----- PARECER -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, da Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de Julho de 2007, deliberou, por unanimidade, dar o seguinte parecer relativo à 1ª Revisão do

Orçamento 2007 e às Grandes Opções do Plano 2007/2010, apresentado pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- a) A 1ª Revisão ao Orçamento 2007 e às Grandes Opções do Plano 2007/2010 respeita os requisitos legais relativos à sua elaboração e apresentação; -----

----- b) Os documentos da 1ª Revisão Orçamento 2007 e das Grandes Opções do Plano 2007/2010 estão aptos a serem apresentados e discutidos em Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que apreciaram a 1ª Revisão Orçamental de 2007, aprovada, por unanimidade, pela Comissão Administrativa, que tratava, fundamentalmente, de integrar no Orçamento de 2007 o saldo de gerência que transitara de 2006, no montante de cerca de 32 milhões de euros, sendo uma parte substancial da verba em causa afecta a encontros de contas com a EPAL e com a EDP. -----

----- Por outro lado, estavam perante a afectação de verbas a sectores e actividades relevantes para o funcionamento quotidiano da Câmara e da própria cidade, designadamente a renovação de vários compromissos relativos à manutenção de espaços verdes (660.000 €), conservação de ajardinados (760.000 €), aquisição e manutenção de maquinaria diversa (156.000 €), fardamento para funcionários de vários Departamentos da Câmara (265.000 €), aquisição de contentores para recolha selectiva, abrigos e equipamentos diversos (426.000 €), manutenção dos cemitérios e equipamentos a eles respeitantes (120.000 €). E outros reforços poderiam ainda ser referidos. -----

----- Portanto, tratava-se de assegurar a continuidade da acção da Câmara e manter os serviços essenciais aos munícipes de Lisboa, pelo que o PS iria votar a favor da proposta. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que a posição do BE relativamente a esta proposta, tinha em conta dois factores: -----

----- Primeiro, era o facto de com esta 1ª Revisão Orçamental de 2007 se pretender dar continuidade a actividades que eram essenciais para o Município. -----

----- Segundo, era o facto de terem votado contra o Orçamento de 2007, na sua globalidade, quando oportunamente foi apresentado na Assembleia Municipal. -----

----- Por esses dois factores, o BE iria abster-se na votação. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que esta proposta, tal como a Comissão referia, era, no entender do CDS-PP, perfeitamente legítima. No entanto, em termos de gestão e da orientação política da Câmara Municipal, tinham algumas questões que gostariam de expressar. -----

----- Uma delas era que face à situação dramática da tesouraria da Câmara, desde há muito tempo, caberia perguntar qual a razão por que não foi este saldo de gerência aplicado mais cedo. Com certeza que muitos credores da Câmara Municipal e muitos serviços já teriam visto resolvidos bem mais cedo a sua situação! -----

----- Portanto, era uma pergunta que deixavam, que obviamente não era impeditiva da votação desta proposta, não havia ali nenhuma ilegalidade mas havia claramente prioridades de gestão que estranhavam. -----

----- Esta sua primeira questão referia-se ainda ao Executivo, não ainda à Comissão Administrativa, porque o Executivo, após a aprovação das Contas tivera ainda tempo para o fazer. Por que foi que não o fez? Ficava a pergunta e a ponderação da responsabilidade política por esse facto. -----

----- Mas mesmo em relação à Comissão Administrativa era caso para perguntar por que não usara as verbas que sobravam das várias previsões que eram referidas, no montante de cerca de 12 milhões de euros, além do empréstimo de 30 milhões de euros que estava a aguardar a sua utilização? Essa verba iria ficar à espera quando era um facto que existiam dívidas antiquíssimas, vencidas das calendas, que colocavam em risco muitos dos fornecedores da Câmara Municipal, e que provavelmente continuariam a pôr em risco muitos dos serviços porque, pelos vistos, só se teriam socorrido aqueles cuja situação era absolutamente dramática como era o caso dos crematórios que já não tinham sequer combustível para a cremação. Mas haveria outros que se calhar não teriam chegado a esse ponto tão desesperado mas que estavam também com muitos problemas. -----

----- Portanto, no seu entender, a Comissão Administrativa poderia ter tomado a decisão de pagar dívidas com esses 12 milhões, até porque o próximo Executivo iria com certeza utilizar esse dinheiro para esse fim. -----

----- Por isso, boa sorte ao próximo Executivo que aí teria alguma folga para fazer alguns floreados, e fá-los-ia de certeza. Pelo menos que fossem em prol de quem mais precisava, eram os seus votos. -----

----- **A Senhora Presidente da Comissão Administrativa**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, disse que os problemas de tesouraria não tinham rigorosamente nada a ver com os problemas orçamentais. A revisão orçamental que agora estavam a fazer não permitia de maneira nenhuma trazer maior liquidez à tesouraria. A Comissão Administrativa vinha pagando aos fornecedores de acordo com as receitas que vinham entrando, receitas essas essencialmente do IMI e da derrama, mas que não vinham agora por esta revisão orçamental. -----

----- O que esta revisão orçamental iria permitir, seguramente, era cabimentar contratos e serviços que não estavam e que precisavam de ser cabimentados. Não iria permitir o pagamento a fornecedores porque isso dependeria das disponibilidades de tesouraria que viessem a ser encontradas pelo futuro Executivo. -----

----- Recordou que como referira relativamente ao empréstimo que ali foi aprovado, não se tratava de um empréstimo que a Comissão Administrativa alguma vez entendesse utilizar, até porque era um empréstimo que teria que ser amortizado até ao dia 31 de Dezembro deste ano e, portanto, teria que ser usado unicamente em situações de emergência que, felizmente para a cidade e para os lisboetas, não se verificaram até agora. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta n.º 1/CA/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e PS, e a abstenção do PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -



----- “Uma brevíssima declaração de voto para lembrar que nós votamos aqui contra um orçamento que agora foi revisto, mas cuja revisão não o altera no essencial. -----

----- De qualquer maneira, manifestar também o nosso respeito pelo Parecer da Comissão, e até pelos pareceres jurídicos que acompanharam e que determinaram esta posição da Comissão Administrativa. Contudo, continuamos a ter dúvidas que esta decisão da Comissão Administrativa caiba no âmbito das suas atribuições. -----

----- No entanto, os objectivos que aqui foram expostos e que determinaram esta revisão levam-nos claramente a não obstaculizá-la. -----

----- Daí a nossa posição de abstenção.” -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 12/CA/2007 – APROVAR O PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “FESTIVAL DOS OCEANOS”, QUE DECORRERÁ DE 28 DE JULHO A 12 DE AGOSTO , NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ART.º 12.º DA LEI N.º. 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, CONJUGADO COM O DISPOSTO DA ALÍNEA E) DO N.º 2, DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 12/CA/2007 -----

----- “A Comissão Administrativa, reunida em 11.07.2007, delibera por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa o pedido de isenção de pagamento de taxas para a realização do evento “Festival dos Oceanos”, que decorrerá de 28 de Julho a 12 de Agosto.” -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que o Festival dos Oceanos ia ter lugar de 28 de Julho a 12 de Agosto, no eixo ribeirinho, Parque das Nações, Belém e Centro Histórico, com concertos, intervenções urbanas sobre o tema dos oceanos, espectáculos multimédia e piro-musical, incluindo exposições e *workshops*. -----

----- Referiu que o Festival dos Oceanos tinha como objectivo trazer uma nova vida à cidade e oferecer um vasto leque de actividades e espectáculos de entretenimento, durante 16 dias haveria lugar a paradas e desfiles, escultura, música, dança e teatro, tendo como cenário o eixo ribeirinho e as microcentralidades turísticas do Parque das Nações, Centro Histórico e Belém. -----

----- Segundo Vítor Costa, Director-Geral da Associação de Turismo de Lisboa, “O regresso do Festival dos Oceanos deve-se em grande parte às solicitações apresentadas pelos operadores do sector hoteleiro da capital, sobretudo dos segmentos de três e quatro estrelas”. -----

----- O Festival já não se realizava há cinco anos devido à interrupção que, a partir de 2002, se ficara a dever às mudanças políticas na composição de várias instituições, nomeadamente, o Governo e a Câmara de Lisboa. Segundo o mesmo Director, “foram interrompidos alguns programas que apoiavam esta iniciativa e, conseqüentemente, por falta de verbas, ela deixou de realizar-se”. -----

----- Agora, com um orçamento previsto de 1,850 milhões de euros, o Festival dos Oceanos de 2007, teria a duração de 16 dias, entre 28 de Julho e 12 de Agosto. O evento contava com o patrocínio do Turismo de Lisboa, Casino de Lisboa e Câmara de Lisboa (exclusivamente apoio logístico). -----

----- Para Mário Machado, Presidente em exercício da Associação de Turismo de Lisboa, o regresso do festival – que nas três primeiras edições chegou a trazer meio milhão de pessoas à capital – ia ao encontro do Plano Estratégico do Turismo de Lisboa que recomendava a realização de iniciativas favorecedoras do aumento da notoriedade da capital portuguesa como, por exemplo, eventos regulares e de grande dimensão, directamente ligados à marca Lisboa. Por isso, no entender daquele responsável, havia que assegurar a continuidade do Festival dos Oceanos de forma a que o pudessem promover atempadamente nos mercados estrangeiros. -----

----- O Secretário de Estado do Turismo, presente nessa ocasião, referira que a continuidade do evento dependeria da avaliação dos seus resultados, mas tanto o governante como os promotores do festival mostraram-se confiantes no seu sucesso, pelo que, assim sendo, e para além do apoio logístico da Câmara Municipal de Lisboa, e enquanto não fosse apresentado à Assembleia Municipal um regulamento tipo para a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, continuariam com muitas dúvidas sobre qual o critério que deveria presidir ao anuir destas isenções. -----

----- Aliás, não se compreendia porque, por exemplo, durante as Festas de Lisboa, associações, moradores e comerciantes, quando as suas bancas ultrapassavam um metro as dimensões autorizadas, de imediato um fiscal os penalizava com uma taxa suplementar. -----

----- Neste caso, para além do interesse de publicitar o nome Lisboa, por enquanto apenas com um ‘L’, todas as vantagens turísticas seriam canalizadas para os agentes económicos, hoteleiros, transportadores e outros. -----

----- Porquê então a isenção, perguntou a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE não ia objectar contra a concessão de isenções de taxas municipais para este evento, mas não podia deixar de manifestar, publicamente, sérias reservas relativamente a este processo. -----

----- Desde logo, porque lhes parecia um bocado estranho que tivesse sido deixada para a última hora a decisão sobre esta isenção de taxas. Era um festival que, como ali foi dito, já não se realizava há alguns anos na cidade, e o facto de se recomeçar agora com a ocorrência deste evento justificaria que ele tivesse sido mais cedo apresentado à Assembleia a fim de se lhe conceder essa isenção de taxas municipais. -----

----- Por outro lado, também não estava claro na proposta da Comissão Administrativa um critério genérico para a adopção deste tipo de procedimentos, e essa era a principal reserva política que o BE colocava a esta proposta. A cidade precisava de saber, com transparência, porque era que se concedia isenções de taxas municipais a eventos que tinham por fim a realização do lucro, como por exemplo o Rock in Rio, porque era que se concediam isenções de taxas a eventos que não tinham por fim a obtenção do lucro como parecia ser este festival que era promovido por uma associação sem fins

lucrativos da qual fazia parte a Câmara Municipal, e porque era que a Câmara Municipal não concedia isenção de taxas a outro tipo de associações que também não tinham fins lucrativos mas que se viam forçadas a pagá-las. -----

----- Portanto, existia uma espécie de selva na atribuição casuística deste tipo de procedimentos, e sobre a casuicidade na decisão é que o BE tinha fortes reservas e propunha que o próximo Executivo municipal trouxesse um bocadinho mais de transparência sobre essa matéria e propusesse à Assembleia um critério, ou mais do que um, que orientasse a isenção de taxas municipais sobre este tipo de eventos. -----

----- A concluir, disse que esperavam que assim acontecesse porque, se não acontecesse, ali estariam para chamar a atenção para isso. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, começou por agradecer à Comissão Administrativa o facto de, quer a proposta anterior, quer esta, virem à Assembleia Municipal claramente melhor documentadas do que era habitual num passado recente, o que, efectivamente, era um avanço. Por exemplo, uma das questões que sistematicamente colocavam nestas situações de pedido de isenção de taxas, estava neste caso no essencial ultrapassada que era o cálculo das taxas que de facto eram devidas nos termos dos regulamentos municipais, e inclusive estava mencionada uma verba, que no seu entender até poderia pecar por defeito, mas de qualquer maneira era já uma tentativa interessante de aproximação à transparência de contas, que era a das despesas que a Câmara teria que acatar com o evento, como máquinas de limpeza e outras. -----

----- Portanto, esta era uma nota positiva que referia e esperava que este exemplo da Comissão Administrativa viesse a colher frutos, e até frutos mais gordos, com o próximo Executivo. -----

----- Disse, depois, que o CDS-PP se opunha, por sistema, a este tipo de isenções, já referiram várias vezes que o Regulamento de Taxas teria que ser revisto no sentido de evitar o argumento sistemático de que se aplicassem as taxas que estavam previstas no Regulamento podiam pôr em causa a iniciativa, se assim era então que se revisse de uma vez por todas o Regulamento de Taxas e que se criasse um outro qualquer regulamento que permitisse distinguir uma coisa da outra. Se de facto as taxas tinham o objectivo de ressarcir a Câmara Municipal pelos custos directos ou indirectos que tivesse com aqueles eventos, até fazer face a obrigações legais que outras leis pudessem trazer à Câmara Municipal, então essas taxas deveriam ser cobradas. -----

----- Se assim era, então que se ajustasse o Regulamento de Taxas e se fizesse outra coisa extremamente importante e que não existia, que era eventualmente o Regulamento, ou um documento que poderia ter outro nome qualquer, definisse claramente quais eram os eventos e que critérios deveriam presidir ao apoio da Câmara Municipal a determinados eventos na cidade. -----

----- Nesses critérios, obviamente, deveria estar incluída, como já têm sobejamente dito, uma ponderação científica e cuidada dos verdadeiros impactos que esses eventos tinham na imagem, no comércio e na actividade económica da cidade, porque não podiam continuar a julgar eventos como muito relevantes quando não tinham qualquer indicador objectivo da sua relevância. Isso era perigoso, não tanto neste caso em que

estavam a falar de 70.000 euros, embora não fosse uma verba despicienda, mas relativamente ao Rock in Rio e outras iniciativas do mesmo tipo em que falavam de milhão e meio ou dois milhões de euros de taxas e outras receitas, era obviamente relevante que os apoios fossem muito bem ponderados no seu verdadeiro efeito económico na actividade da cidade. -----

----- Por fim, disse que não podiam voltar a ouvir, não era o caso mas tem acontecido com alguma frequência, aquele argumento: “se não aprovam como é que vai ser por que o evento já está aí?”! Não fazia mais comentários, se o evento estava aí e a isenção não foi aprovada, que se cobrassem as taxas. Não era o caso, bem sabia, mas ficava o aviso porque já não era a primeira vez que esse argumento era utilizado como pressão sobre a Assembleia para aprovar isenções ou outra coisa qualquer. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, disse que mais uma vez estavam a discutir a isenção de taxas para eventos, e também mais uma vez intervinha sobre esta matéria para referir que aprovaram na última reunião da Assembleia para as festas populares, mas entretanto as festas já tinham passado e as pessoas pagaram muito dinheiro. Estava agora a recolher as licenças, não teve indicação nenhuma na altura sobre o que deveria fazer a isso, se ia ou não ser devolvido o dinheiro às pessoas, mas o que acontece era que mais uma vez se via que havia dois pesos e duas medidas. As festas populares dos bairros ao que parecia não eram tão importantes assim porque as pessoas continuavam a pagar as taxas. Aliás, havia pessoas que pagavam e outras que não, dependia também da zona onde estivessem. -----

----- Portanto, estando agora a discutir-se uma isenção de taxas, perguntava se as pessoas de Alfama e de outros bairros que pagaram as licenças para esse mês de festas lhes iria ser devolvido o dinheiro. Como era que iam fazer? -----

----- Concluiu dizendo que gostava de levar dali hoje uma resposta para essas pessoas de Alfama. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)**, no uso da palavra, disse que o Festival dos Oceanos se iria realizar novamente em Lisboa. Tratava-se de um evento de enorme interesse turístico e cultural para Lisboa, que projectava a sua imagem no mundo. -----

----- Disse que o PS se revia integralmente na proposta da Comissão Administrativa no sentido de isentar do pagamento de taxas o referido Festival dos Oceanos. -----

----- **A Senhora Presidente da Comissão Administrativa**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, começou por aludir à intervenção do Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE, dizendo que concordava inteiramente com o que disse. Infelizmente muitas vezes os papéis chegavam à Comissão Administrativa já muito tarde, o que decorria do facto de várias vezes terem que circular por muitos serviços e quando a Câmara exigia elementos adicionais para poder decidir em consciência o processo estava atrasado. Mas estava inteiramente de acordo que era sempre preferível que estes processos fossem preparados com a maior antecedência, apesar de que, desta vez, estavam ainda dentro do prazo. -----

----- Disse, também, que tiveram vários pedidos dos serviços para isenção de taxas e que entenderam não os aprovar e submeter à Assembleia Municipal pelo facto de se tratar de eventos que na esmagadora maioria dos casos eram com carácter lucrativo. Ou seja, havia promotores que iam receber dinheiro de bilhetes e pediam isenções municipais de taxas, e a Comissão Administrativa entendera que, nesses casos, não deveria aprovar e posteriormente apresentar à Assembleia Municipal. -----

----- Mas neste caso concreto entenderam que o deveriam fazer porque se tratava de espectáculos que iriam ser desenvolvidos ao longo da Cidade de Lisboa, e relativamente aos quais não iria ser cobrado qualquer bilhete ou qualquer pagamento por parte das pessoas que a eles iriam assistir. -----

----- Por fim, com a permissão da Sra. Presidente visto que não tinha a ver com a proposta, disse que como estavam ali presentes vários Presidentes de Junta desejava informar que amanhã iriam ter o Conselho Local de Acção Social, que teria lugar ali mesmo no Fórum Lisboa, e pedia-lhes que estivessem presentes porque se tratava de uma reunião extraordinariamente importante, já marcaram uma que não conseguiram realizar por falta de *quorum*, e, portanto, com um novo pedido de desculpas à Sra. Presidente da Assembleia, apelava à participação dos Srs. Presidentes de Junta. -----

----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta n.º 12/CA/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e PS, votos contra do PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do BE. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar por encerrada a reunião, disse que a Assembleia cumprimentava o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão Administrativa, sublinhava o excelente relacionamento institucional que manteve com a Comissão Administrativa, e desejava a cada um dos seus membros os maiores sucessos profissionais e pessoais. -----

----- O nosso muito obrigado, disse a concluir -----

----- Seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, depois de desejar a todos boas férias, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária, nesta data iniciada. -----

----- Eram 16 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segunda Secretário, \_\_\_\_\_ . --

----- A PRESIDENTE -----